

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Ten Cel Inf RAFAEL LANDSKRON BATISTA

**AS AÇÕES DE INTEGRAÇÃO, NA EXPRESSÃO POLÍTICA, EXECUTADAS  
PELO GOVERNO FEDERAL NA AMAZÔNIA LEGAL, ENTRE 1950 E 2018, QUE  
FORAM INFLUENCIADAS OELA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA**



Rio de Janeiro

2021

**Ten Cel Inf RAFAEL LANDSKRON BATISTA**

**As ações de integração, na expressão política, executadas pelo  
Governo Federal na Amazônia Legal, entre 1950 e 2018, que  
foram influenciadas pela geopolítica brasileira.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Comando e Estado-Maior do  
Exército, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Especialista em Ciências  
Militares, com ênfase em Defesa.

Orientador: **Ten Cel Inf EDSON PAULO QUEIROZ SILVA DE SÁ**

Rio de Janeiro  
2021

B333a Batista, Rafael Landskron

As ações de integração, na expressão política, executadas pelo Governo Federal na Amazônia Legal, entre 1950 e 2018, que foram influenciadas pela geopolítica brasileira. / Rafael Landskron Batista. – 2021. 42 f. : il.; 30 cm.

Orientação: Edson Paulo Qieuroz Silva de Sá

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

Bibliografia: f. 39 – 40.

1. GEOPOLÍTICA, 2. POLÍTICA, 3. INTEGRAÇÃO, 4. AMAZÔNIA LEGAL, 5. DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

CDD 320

**Ten Cel Inf RAFAEL LANDSKRON BATISTA**

**As ações de integração, na expressão política, executadas pelo  
Governo Federal na Amazônia Legal, entre 1950 e 2018, que  
foram influenciadas pela geopolítica brasileira.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Comando e Estado-Maior do  
Exército, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Especialista em Ciências  
Militares, com ênfase em Defesa.

Aprovado em 20 de outubro de 2021.

**COMISSÃO AVALIADORA**

---

**EDSON PAULO QUEIROZ SILVA DE SÁ – Ten Cel Inf – Presidente**  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

**FRANCISCO EDUARDO FERNANDES HENN – Ten Cel Art – Membro**  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

**MURILO DA SILVEIRA GUERRA – Ten Cel Int – Membro**  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa e meus filhos, pelo apoio e incentivo  
nessa jornada, e aos meus pais, fontes de inspiração e  
exemplo.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiro agradeço A Deus por ter tido boa saúde e bênçãos, dando-me conforto e motivação a cada dia, e por ter me proporcionado cursar a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

À minha esposa Rosimara e meus filhos Júlia, Bruno e Violetta, pela alegria de poder conviver com vocês todos os dias, pelo carinho, pela compreensão nos momentos de ausência nessa longa jornada iniciada em 2015 e pelo incentivo de sempre.

Aos meus pais, Eraim e Eunise, pelos exemplos de dedicação e amor, pela educação firme e sólida e por seu incentivo constante pelo meu sucesso.

Ao meu orientador, Ten Cel Inf Edson Paulo, e ao Ten Cel Inf Sparta, pelas orientações precisas e confiança a mim dispensada em todas as etapas deste trabalho monográfico.

"Para todo problema complexo, existe sempre uma solução simples, elegante e completamente errada." (Henry Louis Mencken -1920).

## RESUMO

Este trabalho teve por objetivo traçar uma correlação entre os estudos de alguns geopolíticos ligados à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e sua influência para as iniciativas do Estado brasileiro, sejam elas estratégias, programas, projetos ou políticas, que visassem a integração da Região Amazônica ao restante do país, na expressão política dos campos do poder. A Amazônia tem grande importância para o Brasil, por sua rica biodiversidade, importância ambiental e cobiça internacional. Várias foram as ações do Estado brasileiro frente aos desafios da região com vistas ao desenvolvimento regional. Segundo o general Carlos de Meira Mattos, a geografia condiciona, justifica, dificulta, sugere, inspira e apresenta desafios. Compete, pois, aos brasileiros responder ao desafio que representa a região amazônica e vencer. Dessa forma, procurou evidenciar como o pensamento geopolítico de renomados estudiosos, docentes e discentes que já passaram pela ECEME, que poderia ter influenciado os rumos da condução do Brasil. Por meio da análise de livros, ementas, artigos científicos, publicações oficiais brasileiras e da rede mundial de computadores, buscou-se levantar as principais ideias relativas ao desenvolvimento nacional que trouxeram reflexos para as decisões que guiaram os processos de inserção da área supracitada.

Palavras-chave: Geopolítica, Política, Integração, Amazônia Legal, Desenvolvimento Regional.



## RESUMÉN

Este trabajo tuvo como objetivo establecer una correlación entre los estudios de algunos geopolíticos vinculados a la Escuela de Comando y Estado Mayor del Ejército (ECEME) y su influencia en las iniciativas del Estado brasileño, ya sean estrategias, programas, proyectos o políticas, dirigidas en la integración de la Amazonía con el resto del país, en la expresión política de los campos de poder. La Amazonía es de gran importancia para Brasil, debido a su rica biodiversidad, importancia ambiental y codicia internacional. Fueron varias las acciones emprendidas por el Estado brasileño para enfrentar los desafíos de la región con miras al desarrollo regional. Según el general Carlos de Meira Mattos, la geografía condiciona, justifica, obstaculiza, sugiere, inspira y presenta desafíos. Por lo tanto, corresponde a los brasileños responder al desafío que representa la región amazónica y ganar. Así, buscó mostrar cómo el pensamiento geopolítico de reconocidos académicos, profesores y estudiantes que ya pasaron por ECEME, lo que pudo haber influido en el rumbo de la conducta en Brasil. A través del análisis de libros, planes de estudio, artículos científicos, publicaciones oficiales brasileñas y la world wide web, buscamos plantear las principales ideas relacionadas con el desarrollo nacional que reflejaran las decisiones que guiaron los procesos de inserción en el área mencionada.

Palabras clave: Geopolítica, Política, Integración, Amazonia Legal, Desarrollo Regional.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Amazônia Legal.....	13
Figura 2 - Extensão da faixa de fronteira da Amazônia Legal.....	13
Figura 3 - Regiões Naturais do Brasil.....	21
Figura 4 - Divisão geopolítica do Brasil.....	25
Figura 5 - América do Sul e os hemisférios.....	26
Figura 6 - Amazônia e sua divisão territorial segundo a SPVEAV.....	33
Figura 7 - Amazônia e sua divisão territorial segundo a SPVEA.....	34
Figura 8 - II Plano Nacional de Desenvolvimento.....	35
Figura 9 - Área do Programa Grande Carajás.....	36
Figura 10 - Programa Brasil em Ação.....	37
Figura 11 - Principais investimentos do Programa Avança Brasil.....	38
Figura 12 - Mapa com a infraestrutura brasileira de transportes do PAC I.....	38

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1	PROBLEMA.....	13
1.2	OBJETIVOS.....	13
<b>1.2.1</b>	<b>Objetivo Geral.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Objetivos Específicos.....</b>	<b>14</b>
1.3	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	14
1.4	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	14
1.5	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	15
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
2.1	TIPO DE PESQUISA.....	16
2.2	COLETA DE DADOS.....	16
2.3	LIMITAÇÃO DO MÉTODO.....	16
<b>3</b>	<b>PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO.....</b>	<b>18</b>
3.1	MÁRIO TRAVASSOS.....	18
3.2	GOLBERY DO COUTO E SILVA.....	21
3.3	CARLOS DE MEIRA MATTOS.....	26
3.4	THEREZINHA DE CASTRO.....	28
<b>4</b>	<b>AS AÇÕES DE INTEGRAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL.....</b>	<b>31</b>
4.1	ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1985.....	31
4.2	ENTRE OS ANOS DE 1985 E 2018.....	35
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>39</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A região Amazônica tem sido o centro de discussões internacionais desde meados do século passado. Esses embates geram efeitos e consequências para o Governo Federal, que sofre com pressões internacionais que variam em sua intensidade e maneira. Essa afirmação pode ser fundamentada nas citações a seguir:

A criação, em 1945, da Organização das Nações Unidas para Alimentos e Agricultura (em inglês FAO) e do seu departamento de florestas marca a entrada do tema "florestas" na arena internacional de discussão (HOLMGREN, 2010).

[...] Desde os tempos do Brasil colonial, a Amazônia é considerada um elemento importante na pauta da política externa do país. No século XX, a região tornou-se definitivamente alvo de interesse universal, por sua relevância central para o futuro do planeta e para a construção de um horizonte de desenvolvimento global sustentável. [...] (Joana Bezerra, Cad. EBAPE.BR, v. 10, nº 3, artigo 4, Rio de Janeiro, Set. 2012 p.533–545).

Segundo o artigo “Brasil enfrenta pressões internacionais por causa da Amazônia”, não é de hoje que os 2.014.283 quilômetros quadrados de Amazônia brasileira são objeto do desejo de alguns dos mais influentes atores no mapa geopolítico. Ali estão um quinto da água doce do planeta e o maior banco genético (15% de todas as espécies de plantas e animais conhecidas), além de enorme potencial econômico. Um exemplo: multiplicando o valor de cada minério pelos estoques já medidos no subsolo da Amazônia, excluído o petróleo, tem-se como resultado a impressionante quantia de US\$ 7,2 trilhões.

Esse mesmo artigo menciona a seguinte fala do senador Fernando Collor de Mello, ex-presidente da nação: “É verdade que há um interesse internacional, o Brasil desperta cobiça. A floresta amazônica desperta cobiça por sua biodiversidade. Temos de estar preparados para defender qualquer tipo de olho gordo em cima dessas nossas riquezas”.

No artigo supracitado, o professor Marcos Coimbra, ex-docente de Economia na Universidade Cândido Mendes e na UERJ e membro da Academia Brasileira de Defesa, pesquisou os antecedentes da cobiça internacional sobre a região e vem, há anos, alertando para a ameaça expõe o seguinte comentário: São muitos os exemplos, ao longo das décadas,

de movimentos e declarações feitas por alguns dos mais importantes líderes mundiais acerca do “interesse internacional” pela Amazônia. “Em 1850, os EUA já pregavam a ocupação internacional da região”, garante. “Em 1992, a chamada Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, avançou o processo. Em geral, adverte o estudioso, a carta indígena ou ambiental é lançada sobre a mesa para reivindicar controle supranacional sobre uma região que equivale a um quarto do território nacional.”

Assim, os pensadores geopolíticos propuseram pressupostos para a integração dessa área ao centro político do Brasil. Como exemplo cita-se o preceito elaborado por Therezinha de Castro, em sua obra *Brasil da Amazônia ao Prata* de 1983, “Integrar para não entregar” (CASTRO, 1983).

Para atender o tema proposto por essa pesquisa devem ser esclarecidos dois pontos principais.

O primeiro trata sobre a importância do Brasil no subcontinente América do Sul. O país é o maior em extensão territorial, possuindo 8.515.767 km<sup>2</sup>, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e em população, com mais de 212 milhões de habitantes, conforme o mesmo órgão. Devido a sua grandeza terrestre, o Estado Brasileiro faz fronteira com 9 países (Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela) e um território ultramarino francês (Guiana Francesa).

O segundo relaciona-se à relevância da região Amazônica para o Estado Brasileiro. Essa pode ser entendida como a área coberta pela floresta Amazônica e que atualmente está distribuída em três divisões regionais do país (Norte, Nordeste e Centro-Oeste). Tal vegetação é o maior bioma terrestre da nação, incluindo diversas riquezas minerais, hidrográficas e culturais (IBGE).

Nesse ponto, existe a necessidade de alertar quanto a diferença entre Floresta Amazônica, Região Amazônica e Amazônia Legal. Os dois primeiros termos foram definidos no parágrafo anterior.

A expressão Amazônia Legal é um conceito político, estabelecido em Lei 1.806, de 06 de janeiro de 1953, que delimita uma área que reúne distintas unidades da federação, com grande bacia hidrográfica e vasta variedade de vegetação tropical e subtropical. Dessa forma, o Estado Brasileiro juntou nesse conceito áreas com semelhantes dificuldades econômicas, políticas e sociais, com o intuito de aumentar e planejar a prosperidade socioeconômica da região amazônica.

A Amazônia Legal é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão, possuindo uma

superfície de aproximadamente 5 milhões de quilômetros quadrados, o que se estende por cerca de 59 % do território nacional.

Figura 1 - Amazônia Legal



Fonte: IBGE, 2020.

Figura 2 - Extensão da faixa de fronteira da Amazônia Legal



Fonte: agenciadenoticias.ibge.gov.br - 21/06/2021

Há, ainda, a necessidade de se definir o termo ações de integração. Para isso será empregado pensamento retirado do artigo A Amazônia na espacial estrutura do Brasil, de Bertha K. Becker (1974): “As ações de integração são impulsionadas pela força política e pela força econômica, focalizando, principalmente, a integração física do território, a integração psicossocial e a captação direta de recursos”. Assim, pode-se inferir que ações de integração são medidas que objetivam a incorporação da Amazônia legal ao restante do país. Cabe salientar que essas medidas podem ser divididas em períodos. Essa divisão pode ocorrer pelos anos, pelos pensamentos que conduziram tais ações, bem como períodos de governos.

Outro conceito a ser definido, para o melhor entendimento do presente trabalho, é a definição da expressão política. Tal termo refere-se as atitudes, medidas e providências realizadas pelo Governo Federal na esfera política do Poder Nacional. Como exemplo podemos citar a criação de decretos, leis, planos e projetos.

Após a breve explanação que objetiva esclarecer a importância da região Amazônica e os termos dessa pesquisa, passa-se a redação do problema, dos objetivos (geral e específicos), da justificativa, da delimitação e da relevância do trabalho.

## 1.1 PROBLEMA

Como mencionado anteriormente, a região Amazônica tem sido o centro de discussões internacionais, que são causadas pelo interesse e pela cobiça sobre os recursos naturais dessa área. Essa conjuntura internacional exige um posicionamento assertivo do governo central e que logicamente deve estar alicerçado em pensamentos sólidos, como os expostos pelos pensadores geopolíticos.

Assim, a questão que baliza esse estudo é a seguinte: Em que medida as ações de integração, na expressão política, executadas pelo Governo Federal na Amazônia Legal foram influenciadas pelos pensadores geopolíticos brasileiros?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as ações, na expressão política, executadas pelo Governo Federal, entre os anos 1950 e 2018, no sentido de promover a integração da Amazônia Legal.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever o pensamento geopolítico brasileiro com relação à Amazônia;
- b) Apresentar as ações de integração, na expressão política, entre 1950 e 2018; e
- c) Analisar as ações de integração com base no pensamento geopolítico.

### 1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A Amazônia é uma região que ocupa uma enorme área do território brasileiro. Pouco povoada, se comparada com outras regiões do país; possui mobilidade dificultada pela fisiografia local; e com variados óbices quanto a defesa e integração.

Espera-se, com essa pesquisa, explicar a influência e o valor do pensamento geopolítico nas ações do Governo Federal que objetivam a defesa e a integração da região Amazônica. Bem como verificar o que foi realizado nesse sentido entre os anos 1950 e 2018.

### 1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Com a finalidade de encaminhar melhor essa pesquisa pretende-se delimitar o trabalho conforme tópicos abaixo

- a) Quanto aos tipos de ações (ações de defesa e de integração), pois são os principais pressupostos expostos pelos pensadores geopolíticos;
- b) Quanto a expressão do Poder Nacional (expressão política), visando não dispersar o estudo e torná-lo mais conciso;
- c) Quanto a área (delimitação da região conforme IBGE);
- d) Quanto ao tempo (entre 1950 e 2018). Escolheu-se esse período por verificar que nele ocorrem a maioria das ações supracitadas.



e) Quanto aos autores que nortearam essa pesquisa, Carlos de Meira Mattos - por ser o escritor da Coleção Geopolítica que aglutina os principais pensamentos dos pensadores brasileiros dessa disciplina.

### 1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A presente pesquisa pretende relacionar as ações de defesa e de integração por parte do Governo Federal com os preceitos geopolíticos brasileiros e a sua ligação.

Por fim, a proposta da pesquisa é atual e relevante, pois aspira abordar variadas medidas efetivadas em proveito dessa região, que ainda é carente de desenvolvimento, se comparada às demais do país. Além disso, a defesa e a integração da Amazônia são questões bastante extremamente presentes nos dias de hoje por tratarem uma seção nacional que provoca atração exterior.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa executada foi do tipo qualitativa e descritiva, procurando identificar, descrever e interpretar as características e preceitos que permite responder ao questionamento que norteia esse estudo.

Observando a taxionomia de Vergara (2009), esse estudo foi explicativa, bibliográfica e documental. Explicativa, pois tenciona aclarar as associações que se objetivam determinar entre as variadas temáticas. Bibliográfica e documental, porque se utilizou de exames à bibliografia de grande número tipos de documentos e inúmeros autores, além de documentos oficiais de instituições nacionais, como portarias e documentos diversos.

### 2.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por intermédio de pesquisa bibliográfica documental em documentos, livros, artigos, revistas especializadas, internet, monografias, teses e dissertações, buscando dados pertinentes à geopolítica da Amazônia.

Para isto, a pesquisa analisou material na biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Universidades Públicas e Privadas do País, bem como documentos oficiais do Governo Federal.

### 2.3 LIMITAÇÃO DO MÉTODO

A metodologia empregada tem restrições, especialmente, no que tange à profundidade do estudo, porque não considerou, em meio a outras particularidades, a pesquisa em outras expressões do Poder Nacional e a entrevista com autores intimamente envolvidos com os

temas em abordados nesse trabalho, contudo se revelou apropriado e permitiu cumprir a finalidade dessa pesquisa.

### 3 PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO

Vários entusiastas da geopolítica estudaram a Amazônia, e destinaram grande atenção ao processo de integração dessa área para garantir a soberania nacional na região. Esses pensadores foram Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva, Meira Mattos e Therezinha de Castro, em razão de suas importâncias no meio acadêmico. Travasso despendeu acentuada atenção a questão Amazônica motivado pelos pensamentos europeus no pós Primeira Guerra Mundial (1914-1919). Já Golbery, foi fortemente influenciado pelo cenário internacional em que viveu, a Guerra Fria (1947-1991). Meira Mattos e Therezinha de Castro foram os autores que mais vivenciaram a forte cobiça internacional, citada anteriormente nesse trabalho, e tal fato foi o principal motivador que levou esses dois estudiosos a se debruçarem sobre essa questão que é tão cara ao povo brasileiro.

#### 3.1 MÁRIO TRAVASSOS

Mário Travassos nasceu em 1891, na cidade do Rio de Janeiro-RJ e, em 1908, passou a integrar as tropas do Exército. No decorrer de sua trajetória na força, combateu na Guerra do Contestado (1914-1915), na Revolução Paulista (1925-1926) e participou da Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial (1945). No posto de Coronel, foi designado Comandante da Escola Militar de Realengo (1944 -1945); em 1946, alcançou o posto de General de Brigada; e passou para a reserva no posto de Marechal. Faleceu em 20 de julho de 1973. (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO).

Travassos ficou conhecido como o fundador da geopolítica brasileira e suas ideias estão materializadas em sua obra “Aspectos Geográficos Sul Americanos” (1931), tendo seu título alterado na 2ª edição para “Projeção Continental do Brasil”. Segundo os editores, esse fato ocorreu devido à compreensão de que o último retrata o propósito da obra.

Mario Travassos embasou seus postulados, principalmente, na Teoria do Poder Terrestre de Mackinder, que afirma que quem governar a Europa Oriental comandará o *heartland*; quem governar o *heartland* comandará a Ilha do Mundo; e quem governar a Ilha do Mundo, comandará o Mundo (MAFRA, 2006). Para isso, o pensador adaptou e utilizou de

maneira eficiente as peculiaridades do subcontinente Sul-americano. Em suas ideias, o planalto boliviano passou a representar papel de elevada importância estratégica, como o *heartland* eurasiático (MELLO, 1997). Entende-se como *heartland* o Coração da Terra, zona territorial que abrange os continentes europeu e asiático, e que recebe a denominação de Eurásia ou Ilha Mundial.

Os pressupostos fundamentais desse pensador estão na percepção de que os estados buscam possuir várias saídas para o mar, se possível, para mares diferentes e aspiram, também, ao domínio da totalidade das bacias hidrográficas que estiverem ao seu alcance (NEVES, 2018).

Para Mario Travassos e outros autores, o Estado que domina a foz de um rio tende a dominar sua nascente e vice-versa, procurando o pleno domínio das bacias hidrográficas que se encontram parcialmente desenvolvidas no seu território (CASTRO, 1994). A seriedade desse ponto de divergência entre as nações da região se relaciona ao fato da bacia Amazônica abrigar nove soberanias, produzindo a possibilidade da eclosão de hostilidades que seriam capazes modificar o mapa político regional.

Ao compreender a conjuntura geopolítica do Brasil na América do Sul, Mário Travassos baseou-se em três fundamentos: o posicionamento da parte terrestre do continente cercada pelos oceanos Atlântico, a leste, e Pacífico, a oeste; a contraposição das duas bacias hidrográficas do subcontinente, ambas com suas foz no oceano Atlântico – a do Amazonas, ao norte, e a do Prata, no sul; e a presença de nações com características mediterrâneas, como ocorre com a Bolívia e do Paraguai, que se encontram na posição que onde convergem as forças de choque dos oceanos e das bacias supracitadas.

Guiado pelas características geográficas e políticas, o autor apresenta a divisão do Brasil em quatro regiões naturais: Brasil Amazônico; Nordeste Subequatorial, Vertente Oriental dos Planaltos; e Brasil Platino.

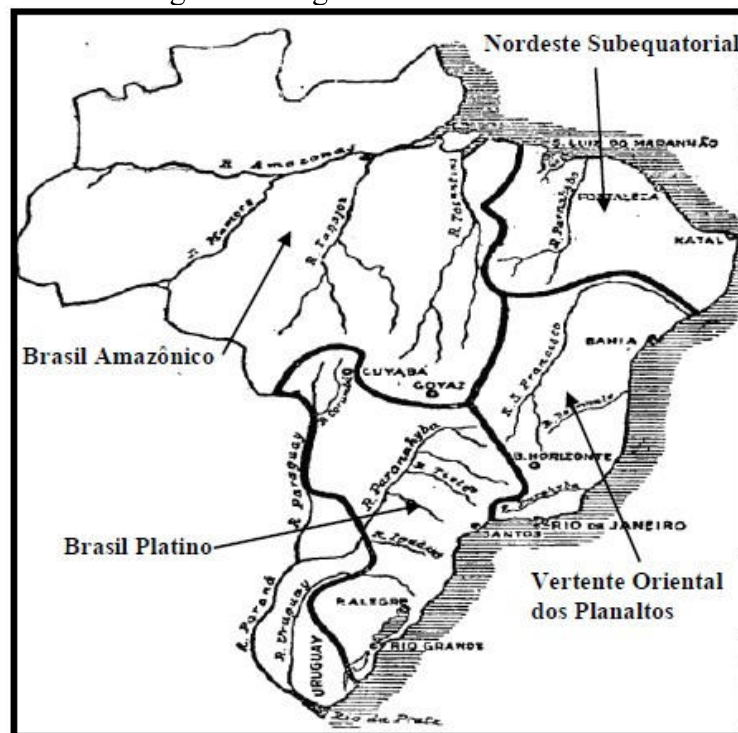
O Brasil Amazônico comportando a região serrana (maciço granítico das Guianas), a depressão amazônica (calhas do Amazonas e seus afluentes) e a Hileia (região das matas); o Nordeste Subequatorial abrangendo o Golfão Maranhense (sorte de transição da Amazônia), a bacia do Paraíba, as Serras e Chapadas da Vertente Norte-oriental (regiões semiáridas), o litoral, a mata e o agreste de Pernambuco (balizada pelo Cabo de São Roque, foz do São Francisco e Serra da Borborema); a Vertente Oriental dos Planaltos compreendendo o litoral baiano espírito-santense (inclusive as bacias do Paraguaçu, Jequitinhonha e Doce) e região das chapadas (zona alta), o vale do São Francisco, o sul Mineiro e o vale do Paraíba; o Brasil Platino englobando a costa ou contra-vertente oceânica (entre o Atlântico e a Serra do Mar), a Região Serrana (Serra do Mar e Geral), a região do Planalto (alternância de campos e matas, região suporte dos

afluentas orientais do Paraná), a campanha rio-grandense e a baixa mato-grossense (TRAVASSOS,1938, p. 88).

Explorando a importância funcional dessas regiões naturais, o autor verifica a existência de dois Brasis: o Amazônico e o Platino. Nota-se, ainda, que, tomando com apoio a faixa litorânea do Atlântico, ambos confluem até as áreas centrais do subcontinente Sul-americano, onde está localizado o *heartland* boliviano.

Posteriormente, percebe-se que as duas outras regiões—Vertente Oriental dos Planaltos e o Nordeste Subequatorial - são extensões uma da outra e constituem o que designou de “Brasil Longitudinal”, que disporia um papel fundamental para determinar a conexão, quer por via marítima ou terrestres, entre as duas primeiras regiões: Brasil Amazônico e o Brasil Platino.

Figura 3 - Regiões Naturais do Brasil



Fonte: Travassos, 1938

O autor reforça que conservar a unidade territorial é difícil, mas expõe como resposta a esse desafio o uso de dois tipos de ações: “atuações convergentes do Brasil Platino e Amazônico sobre o centro geográfico do continente, considerado objetivo comum; e esforços

de unir as duas extremidades divergentes [...] pelas regiões naturais que denominamos [...] de Brasil Longitudinal.” (TRAVASSOS, 1938, p. 94)

A observação de Travassos era a promoção e a aplicação de firme política de comunicações, a qual seria edificada por intermédio de um sistema multimodal (ferroviário, rodoviário, hidroviário, marítimo e aéreo), que tinha dois amplos propósitos: afirmar a unidade territorial do país e a combinação de suas distintas regiões, além de proporcionar a projeção política e econômica do Brasil no continente sul-americano. (MELLO, 1997). Esse estudioso, ainda, tinha o entendimento da capacidade potencial do Brasil para tornar-se a maior potência do subcontinente e isso seria apoiado pelo pensamento de integração nacional citada acima.

Outra peculiaridade manifestada é o papel centrípeto da Amazônia, cuja capacidade de influência se dá não só pela amplitude territorial que abrange, como pela diversidade de condição geográfica que incorpora. Cabe ao Brasil assumir sua realidade geográfica para anular a predominância natural da Bacia do Prata e seu prestígio sobre os países mediterrâneos, uma vez que ela tem a foz dominada pela Argentina. (GIL, 2012).

### 3.2 GOLBERY DO COUTO E SILVA

Golbery do Couto e Silva nasceu na cidade de Rio Grande-RS no dia 21 de agosto de 1911. Ingressou na Escola Militar do Realengo em 1927, cursando a arma de Infantaria e formou-se três anos depois. Após anos dedicados à carreira das armas cursou a escola de Comando e Estado-Maior, vindo a formar-se em agosto de 1943.

Envolveu-se efetivamente na vida política nacional, especialmente entre os anos 1964 e 1985, conhecido como governos militares, períodos no qual exerceu funções como chefe do Serviço Nacional de Informações, Ministro do Tribunal de Contas de União e Chefe do Gabinete Civil da Presidência. E por esse motivo, seus estudos influenciaram as mais notórias políticas públicas implementadas no período.

Golbery foi intensamente influenciado pelo entendimento da capacidade potencial do Brasil para tornar-se a maior potência do subcontinente, de Mario Travassos. São três as obras basilares do autor: Planejamento Estratégico (1955); Geopolítica do Brasil (1967); e o

programa de transição política Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo (1980). (FREITAS, 2004).

Nos seus registros, o autor identifica as concepções de segurança nacional e de planejamento da atividade governamental, associando-os diretamente com o acolhimento, pelo Executivo, de uma Política de Segurança Nacional, que garantisse os objetivos vitais permanentes da Nação em oposição a todos, tanto externas como internas, de forma a afastar-se da guerra, se possível, e empreendê-la, caso imprescindível, com as maiores probabilidades de êxito. (SILVA, 1955).

Golbery registra que a ligação entre a política e a geopolítica conduz a formulação de fundamentos respaldando-se na realidade geográfica. Desse modo, a geopolítica ajuda na formulação dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) do Estado. Tal ponto, não deve ser encarado apenas como tópicos para análises no meio acadêmico, mas como estudos que norteariam as decisões políticas. (FREITAS, 2004).

Golbery retrata o território brasileiro como uma grande área que:

abrange regiões naturais várias caracteristicamente diversificadas e oferece amplas possibilidades de gênero de vida e atividades econômicas complementares, com um clima que, na verdade, não é tão desfavorável como se tem apregoado por ignorância ou preconceito (SILVA, 1967, p. 41).

Na geopolítica brasileira, as atitudes aconselhadas pelo autor são fracionadas em três níveis: interno; vizinhança latino-americana; e mundial.

Segundo Silva (1967), no nível interno, o Brasil, tomando como base os fatos históricos, econômicos e políticos, é dividido em cinco áreas geopolíticas dotadas de dinâmicas específicas, sendo elas (figura 04):

1) núcleo central: considerada o coração do Brasil ou núcleo central ecumênico, composto pelo triângulo Rio de Janeiro - São Paulo - Belo Horizonte. Essa região apresenta-se como uma das mais estratégicas para a estrutura das demais regiões do país, pois nela se localiza a maior concentração de densidade populacional, de circulação, de riquezas, como também, o núcleo do parque industrial brasileiro.

2) península nordestina: abarcando toda a região do nordeste ocidental e a Bahia, estruturada nos núcleos Recife - Fortaleza. O nordeste brasileiro também é uma região



estratégica para o país, pois nele se encontra intensa densidade populacional, riquezas, extensa malha rodoviária e ferroviária, mesmo que precárias, em comparação ao coração do Brasil.

3) península meridional ou do Sul: com características semelhantes à península nordestina, essa região é caracterizada pelo quadrilátero de circulação, composto por Curitiba - Porto Alegre - Santa Maria – Irati.

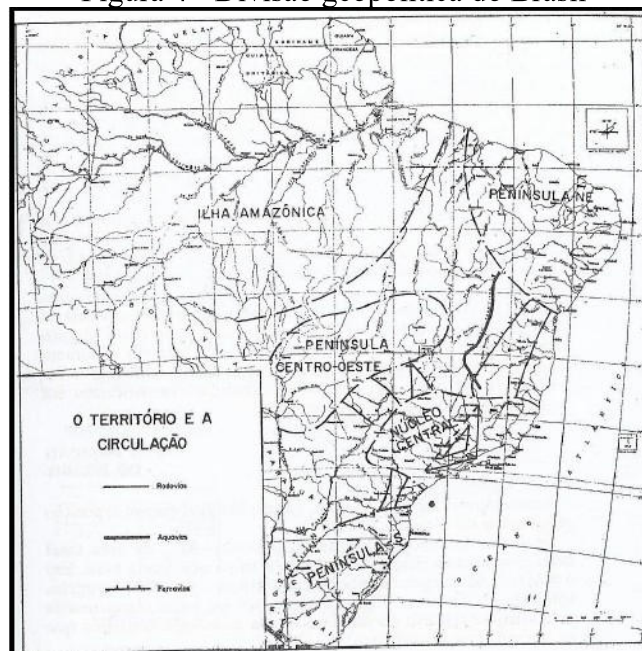
4) península centro-oeste: é localizada entre o noroeste e o sudeste do país. Golbery a considera de importância estratégica devido à sua característica de conexão entre as bacias hidrográficas do Prata e da Amazônia.

5) ilha amazônica: é composta pelas regiões norte e noroeste. Esta área é considerada pelo autor como uma hileia isolada, devido à sua deficiente rede de circulação de pessoas e comunicação, como também a dependência para com as ligações marítimas.

Apoiando-se nessa segmentação territorial da nação, Golbery mostra, como pensamento principal, a necessidade de emprego de medidas com a finalidade de criar à coesão, à integração e à valorização do território, denominada geopolítica concêntrica. Segundo Freitas (2004), essa estratégia era composta de três fases.

A primeira pretendia fortalecer os corredores de circulação de forma a articular com os ecúmenos insulares de norte a sul e, simultaneamente, executar a ampliação do limite civilizacional até o noroeste, além disso de proteger a inviolabilidade da extensa fronteira interior, atuando de maneira a bloquear prováveis vias de entrada.

Figura 4 - Divisão geopolítica do Brasil



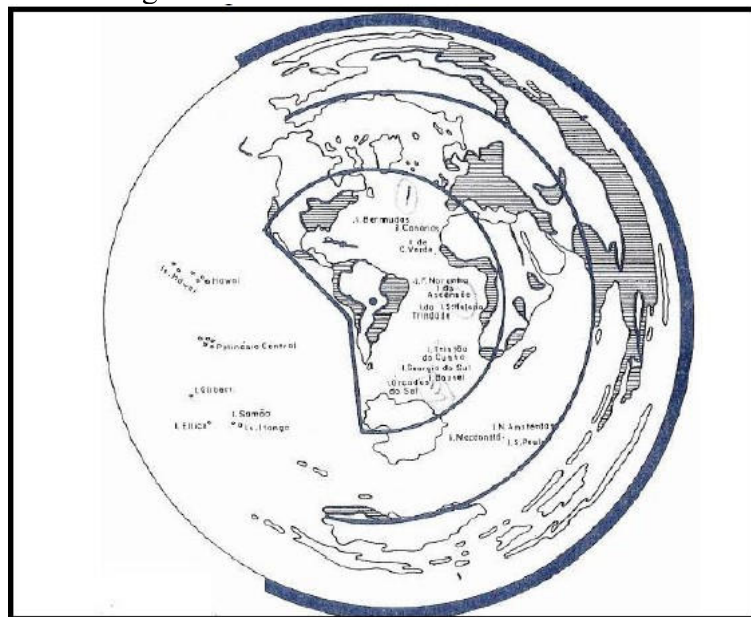
A segunda, era a manobra concêntrica em si, que tratava de “combinar o avanço de sul para norte, utilizando os afluentes do Amazonas, com a penetração continental através da sua foz.”

Em suma, a última fase é “inundar de civilização” a ilha amazônica, por intermédio de medidas sistematizadas em que trabalhem as frentes de colonização, a do centro-oeste e a leste-oeste, por toda a extensão do eixo amazônico.

No nível da vizinhança latino-americana, o Brasil tem aptidão de destaque internacional e responsabilidades maiores que os demais Estados do subcontinente por causa de sua posição geográfica, área territorial e obtenção de elevados recursos, advertindo para a oportunidade de renascimento de suscetibilidades, que forjaram e poderão gerar no futuro, conflitos com nações vizinhas. Com a intenção de enfrentar os fatos acima, Golbery sugere o recrudescimento da amizade e colaboração entre as nações americanas, com a finalidade de distanciar as possíveis de entraves, estimular o prestígio brasileiro e a prosperidade político-econômico do continente. (SILVA, 1967).

No último nível, o exame mundial, Silva (1967) estabelece a teoria dos hemisférios, que respaldando-se na divisão do mundo em dois hemisférios de importância estratégica para o país: o interior e o exterior (figura XX).

Figura 5 - América do Sul e os hemisférios



Fonte: Silva, 1967

O interior está restrito por um círculo concêntrico de raio médio de 10.000 km em relação ao Brasil, abrangendo a América do Norte, a África e a Antártida, assim como a área englobada pelo Atlântico Sul. Essa região se identifica como uma área de equilíbrio, pela qual não há existência de um possível agressor em curto prazo.

Já o mais afastado, abraça um raio médio de 15.000 km. Essa extensão territorial se caracteriza como ameaçadora e que tem origens do passado. Como as ameaças de ingerências vindas do continente europeu e, futuramente, do possível choque de interesses com o eixo Moscou-Pequim que se desenha nos dias atuais.

Nesse cenário, como Objetivo Nacional Permanente para Estado Brasileiro, esse pensador geopolítico aconselha: papel proeminente do Brasil no contestado internacional, com o intuito de defender os seus objetivos e a paz internacional; fomento da colaboração entre as nações sul-americanas, com o propósito preservar o status quo territorial; cooperação com os países do continente africano e defesa do Atlântico Sul; e aproximação político estratégico com os Estados Unidos. (SILVA, 1967).

O autor, na sua obra Geopolítica e Poder, admite que “a segurança e defesa do Nordeste, do estuário amazônico e do Atlântico Sul são ônus que recaem em nós”, e deve-se aceitá-lo, mas, “por outro lado, o direito de utilização de nosso território [...] é exclusivo de nossa soberania”. (SILVA, 2003)

Conforme Freitas (2004), se torna válido afirmar “que o esforço de incorporação à economia nacional brasileira dos imensos territórios de Mato Grosso, Amazônia, Rondônia, Pará, Goiás (além de outros estados anecumênicos)” contou com o aporte, a visão de nação e a influência do General Golbery.

### 3.3 CARLOS DE MEIRA MATTOS

Carlos De Meira Matos nasceu em São Carlos-SP em 23 de julho de 1913. Ingressou no exército em 1936 e serviu como cadete na Escola Academia Militar. Foi membro da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e fez cursos na Academia de Liderança e Combate de Nápoles. Depois de retornar ao Brasil, formou-se na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Ainda, cursou a Escola Superior de Guerra. Foi promovido a General de Brigada, em 1968, e seu último posto na ativa foi General de Divisão, promovido em 1973.

O pensador geopolítico escreveu diversas obras tratando do assunto. As que mais se destacam são as seguintes: *A Geopolítica e as Projeções de Poder* (1977); *Brasil - Geopolítica e Destino* (1975); *Uma Geopolítica Pan-amazônica* (1980); *Geopolítica e Trópicos* (1984); e *Estratégias Militares Dominantes* (1986).

Os pensamentos expostos nas obras de Meira Mattos não se distanciam dos pressupostos de seu antecessor, Mario Travassos, e do seu contemporâneo, Golbery do Couto Silva. No entanto, difere-se desses por três aspectos: sua inquietação com a busca pelo uso de conceitos para fundamentar suas teses e da metodologia para produção de conhecimentos científicos; a descrição que imprime em suas análises; e a peculiaridade de ser mais assertivo nas disposições para a conduta política do Estado brasileiro.

Meira Mattos coloca o Brasil entre as grandes nações do cenário internacional, e para isso baseou-se nos tópicos a seguir: espaço geográfico, liberdade de movimentos e coesão interna (MATTOS, 1958). Essa possibilidade era muito forte e presente nos anos 1970, período no qual o país estava livre de vínculos com os países centrais na economia mundial (FEREZIN, 2012).

Nesse contexto, Meira Mattos identificou a posição do Brasil no mundo conforme se segue:

do ponto de vista geopolítico podemos nos classificar como Nação satisfeita, sem ambições territoriais, sem antagonismos econômicos ou comerciais, sem estarmos submetidos a agudas pressões de agressão ideológica. (MATTOS, 1986, p. 76).

Essa grande capacidade imputa a nação a necessidade de atuar, por intermédio de ações sistematizadas da esfera política, o encargo de tornar o Brasil em uma potência no nível mundial. Ao concatenar os conhecimentos da política e com os da estratégia, ele diz que: política é a concepção de governo, é o que fazer; e estratégia é a ação decorrente desta concepção, é o como fazer. (MATTOS, 1986).

Baseando-se nos fundamentos de Arnold Toynbee e sua Teoria do Desafio e Resposta, que afirma que foram vitoriosas as sociedades que se mostraram capazes de responder ao desafio do meio físico (geografia) e de suas próprias contradições psicossociais, e fracassadas

aquelas que não tiveram capacidade de responder a estes desafios. (MATTOS, 2004), Meira Mattos assenta especial interesse a Amazônia em sua obra “Uma Geopolítica Pan-amazônica” (1980). Nesse livro, o autor argumenta que para o país se tornar uma potência é imprescindível que o poder político assuma o objetivo de integrar a região Amazônica ao restante da nação. Mattos é contumaz em afirmar que o futuro do Brasil depende dessa integração. (GABRIEL, 2012).

Quando Meira Mattos aborda o assunto Região Amazônica, enfatiza a necessidade de diferenciar as designações Amazônia e Pan-amazônia: o primeiro termo é limitado ao contexto nacional e o segundo baseia-se na visão global dessa macrorregião.

Nesse cenário, Mattos apresenta um projeto de apropriação humana integrada aos aspectos geográficos da extensa região, por intermédio de polos de desenvolvimento transnacionais, uma vez que as dimensões espaço amazônico é inversamente proporcional à densidade demográfica. Faz-se necessário o uso de modernas tecnologias de transporte e de comunicações para a integrar a região.

Segundo o autor, esses polos seriam locais transnacionais abrangidos por cidades diferentes. Meira Mattos elencou três áreas: a primeira ao norte - Boa Vista (Brasil) - Lethem (Guiana) - Santa Elena de Uairén (Venezuela); a segunda na fronteira oeste debruçada sobre Rio Solimões - Tabatinga (Brasil) - Leticia (Colômbia) - Ramon Castilla (Peru); e no sul da região Amazônica - Porto Velho (Brasil) - Riberalta e Cobija (Bolívia) (FREITAS, 2004).

Esses espaços transnacionais originariam as circunstâncias cruciais para instituir processo de ligação recíproca, originando de possíveis áreas de desenvolvimento a partir desses primeiros, auxiliando no processo de integração regional. (MATTOS, 1980).

Simultaneamente ao processo de aproximação, Meira Mattos menciona que a colaboração da região exigiria eficiente interdependência entre os países vizinhos. Esse ponto se materializou como meta do Tratado de Cooperação Amazônica (1978), que lançou os pilares para a aproximação e a ampliação do inter-relacionamento dos Estados que possuem a floresta Amazônica em seu território.

Por fim, verifica-se que a importância do discurso de Carlos de Meira Mattos que se caracteriza pela força de suas ideias ao longo dos anos e se mantém atual, pois os seus ensinamentos, ainda, fundamentam as pesquisas no presente.

### 3.4 THEREZINHA DE CASTRO

Therezinha de Castro nasceu na cidade do Rio de Janeiro-RJ, em 22 de dezembro de 1930. Graduiu-se, em 1954, em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Trabalhou no Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por 27 anos.

As obras dessa autora que mais se destacaram no meio acadêmico foram: Rumo à Antártica (1976); O Brasil no Mundo Atual: Posicionamento e Diretrizes (1982); Brasil da Amazônia ao Prata (1983); Rumo à Amazônia: Problemática geopolítica (1988); Nossa América: Geopolítica Comparada (1994); e Amazônia - Geopolítica do Confronto e Geoestratégia da Integração (1995).

A pensadora dividiu o território brasileiro em três regiões, partindo da premissa que o Brasil participa do espaço político sul-americano. A divisão foi a seguinte: uma ilha subdesenvolvida, formada pelas regiões Norte e Centro-Oeste, que juntas perfazem 64% do nosso total territorial; uma ilha em desenvolvimento, representada pela região Nordeste, ocupando 18% do conjunto espacial; e uma ilha desenvolvida, incluindo as regiões Sul e Sudeste, onde se concentra o ecúmeno estatal brasileiro, envolvendo o triângulo geopolítico do país formado pelo Rio de Janeiro-São Paulo - Belo Horizonte. (FREITAS, 2004)

Após o término Guerra Fria e a extinção do conflito Leste-Oeste, ocorreu o começo da transição do imperialismo militar para o neocolonialismo econômico, que visava a manutenção dos países periféricos como fornecedores de matérias-primas. (CASTRO, 1995)

Segundo essa pensadora geopolítica, esse novo cenário mundial, com alteração nos fundamentos geopolíticos, originou a retomada da temática Amazônia pelo Mundo. Essa tônica alimentou a cobiça internacional sobre a região e coloca em choque os seguintes aspectos: o vazio demográfico característico da região impede a integração ao conjunto nacional; e legitima as propensões provenientes de países que, direta ou indiretamente, visam a impedir a ascensão do Brasil ao reduzido grupo dos países desenvolvidos.

O principal tópico explorado por Therezinha de Castro alicerça-se na pressão internacional sobre o Estado Brasileiro. Essa ameaça utiliza como pano de fundo a defesa por nações exógenas ao subcontinente de temas como: defesa dos grupos indígenas nativos e da proteção dos diversos ecossistemas amazônicos. Desse modo, observa-se a preocupante colimação de discursos por parte dos países da comunidade internacional, em especial os que

ocupam posições centrais, onde a indústria do ambiente age em benefício das proposições de seus Estados e recebendo em troca volumosos suportes financeiros (FREITAS, 2004).

Adotando o ponto de vista da geopolítica, Terezinha compreende que a região Amazônica é um subsistema pertencente ao subcontinente Sul-americano e isso faz com que o Brasil se trone relevante nesse cenário. Tal fato é comprovado pela visão da bacia hidrográfica do rio Amazonas, que possui nascentes, tanto do eixo principal quanto dos afluentes, permeiam diferentes países da região e o Brasil detém a posse exclusiva da foz desse grande rio. Ainda tem se como desdobramento desse tópico, a relevância da Belém (cidade que domina a foz do rio Amazonas) no controle do *hinterland* Amazônico – entende-se por *hinterland* Amazônico como a região que seria o coração do subcontinente Sul-americano, uma analogia ao *Heartland* mundial, que é confirmado pela tendência geopolítica de que uma nação que tenha a propriedade da foz de um rio tem maior facilidade em expandir-se pela bacia (CASTRO, 1983).

Para Terezinha de Castro, a política de integração e valorização da Amazônia está baseada na “geoestratégia do quadrinômio” - colonização, integração, exploração e vigilância. A autora explora que essa política adote os seguintes objetivos: o desvio dos fluxos migratórios para as áreas despovoadas; a incorporação, exploração e estruturação da região; e o reforço da vigilância numa zona de amplas fronteiras terrestres desguarnecidas. (CASTRO, 1983).

Nesse contexto, a autora elabora um grupo de orientações que se adéquam ao princípio de “integrar para não entregar”. A inclusão da Amazônia deve afirmar-se nos seguintes tópicos: ocupação efetiva, ordenada, adequada e inteligente, para não incorrer no erro de destruir primeiro e construir depois; efetivação de um plano de zoneamento ecológico-econômico de moderna colonização; assunção de que o grande desafio consiste em atacar de frente o problema detectado pela geopolítica e acionado pela geoestratégia; constatação de que a região requer, para a normal conservação de seu meio ambiente, da colaboração técnico-científica e financeira, tanto nacional quanto internacional; e neutralização das investidas reacionárias estrangeiras (FREITAS, 2004).

Assim, a pesquisadora sugere que o Brasil manter-se fiel ao princípio da salvaguarda dos interesses nacionais, que no passado privilegiou a região platina, deve, agora, concentrar ações com ênfase na Amazônia.

## 4 AS AÇÕES DE INTEGRAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL

A região Amazônica, com suas características específicas, muito distintas das outras regiões do Brasil, careceu que o Governo federal elaborasse medidas particulares para seu progresso.

Assim, em meados do século XX, a região Amazônica começou a receber maior atenção do Governo Brasileiro, que por meio de intervenções buscava integrar a região ao restante do país. Tais ações se fundamentavam, especialmente, no discurso oficial de segurança nacional.

As políticas de integração da Amazônia se concretizaram por meio de vultuosas obras estruturantes, como a construção de rodovias (Belém – Brasília e Transamazônica); a construção hidrelétricas (Tucuruí - PA e Balbina - AM); bem com a criação de polos agropecuários e projetos de reassentamento agrário, entre outras medidas.

### 4.1 ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1985

Iniciando a análise das ações governamentais referente a integração da Amazônia cita-se o Plano de Valorização Econômica da Amazônia implementado na Constituição de 1946, porém só foi regulamentado e sancionado pela Lei nº 1806, em 1953, no governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Essa norma tinha como principais objetivos: proporcionar a prosperidade do setor agrícola, extrativista e da criação animal, agir na esfera da extração mineral, aperfeiçoar e desenvolver um projeto de transportes e comunicação para a região, instituir políticas de energia empregando os recursos naturais, possibilitar uma política demográfica, desenvolver pesquisas necessárias para a ação de um planejamento e, conseqüentemente, a execução do plano, com organização administrativa, estabelecendo coordenação entre os organismos federais, estaduais e municipais. Esta lei definiu a área legal da Amazônia e criou a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) como autarquia encarregada da promoção do desenvolvimento regional (CARDOSO, 1979).

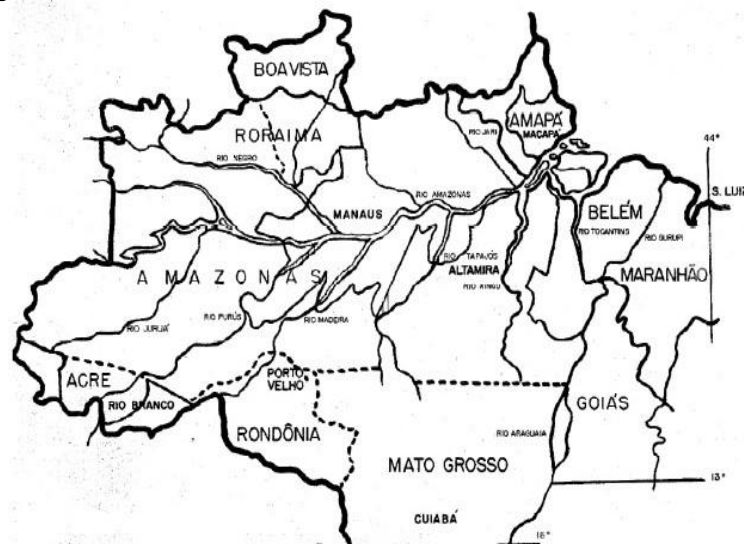
Outra política firmada com o objetivo de integrar a região amazônica foi o Plano de Metas da administração federal de Juscelino Kubitschek (1956 - 1961). Nesse plano destacam-se a transferência da capital federal para Brasília, na confluência das Bacias Amazônicas, São



Francisco e Paraná, e a construção das estradas Belém – Brasília e Brasília – Acre. O Plano de Metas impulsionou a integração da região com o resto do país (LOUREIRO, 1982).

No governo do Presidente Castelo Branco (1964 – 1967), formulou-se um plano que visava a integração da área em questão, que recebeu o mesmo nome do projeto de Vargas da década anterior (Plano de Valorização Econômica da Amazônia - Lei 5.173 de 27 de outubro de 1966). Por meio dessa norma criou-se a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em substituição a SPVEA. Conforme o Plano de 1966, a SUDAM agiria orientando e aumentando os benefícios fiscais por meio dos dispositivos de isenção do imposto de renda para as novas indústrias e concedendo a redução de parcela desses tributos de pessoas jurídicas, contanto que fossem aplicados em companhias industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos dentro da área da Amazônia Legal (Cardoso,1979).

Figura 6 - Amazônia e sua divisão territorial segundo a SPVEAV



Fonte: camara.gov.br

Em 1970, foram elaborados o I Plano de Integração Nacional, os Projeto de Integrado de Colonização e o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA), que, em síntese, seguia a linha mestra da política definida para a Amazônia pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972 – 1974) que era “ocupar, desenvolver e integrar”. Esses projetos definiam as prioridades setoriais para a centralização de investimentos em áreas dinâmicas, como a industrialização dos polos de Belém e de Manaus, utilizando-se das isenções da Zona Franca de Manaus; exportações de madeiras e minérios e o programa de pecuária em áreas selecionadas.

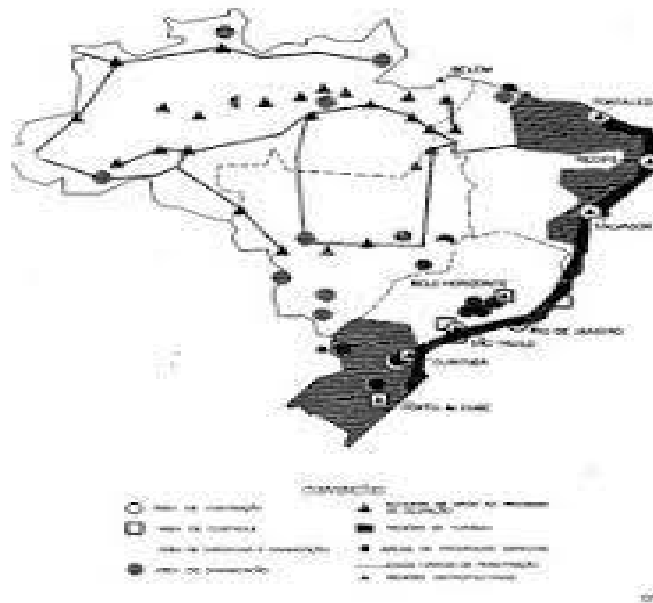
Figura 7 - Amazônia e sua divisão territorial segundo a



Fonte: inicepg.univap.br

Com o governo do General Geisel (1974 – 1979), veio o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND / 1975 – 1979) que projetou esse plano com diretrizes mais particulares para a Amazônia dentro do trinômio “Ocupação, Desenvolvimento e Integração”.

Figura 8 - II Plano Nacional de Desenvolvimento



Fonte: <http://jornaldiariori.blogspot.com>

Segundo Oliveira, o General Figueiredo (1980 – 1985) implantou o III Plano Nacional de Desenvolvimento que dava especial atenção a região Amazônica e tinha como metas

fundamentais: à desconcentração industrial, à reformulação e à intensificação do desenvolvimento agrícola e à política energética.

Neste mesmo governo, criou-se o Projeto Grande Carajás (PGC), dirigido pela empresa estatal brasileira Vale do Rio Doce. O PGC tinha a finalidade de contribuir com o aumento da produção e a extração de minérios por firmas nacionais e multinacionais. Esse empreendimento foi motivado pela descoberta de reservas minerais na Serra de Carajás.

O projeto em questão trabalhou com três grandes propostas de trabalho integradas, segmentadas entre planos de infraestrutura como nos casos das ferrovias, rodovias, portos e barragens; programas agropecuários e florestais e iniciativas abrangendo minérios e metalurgia.

Figura 9 - Área do Programa Grande Carajás



Fonte: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/12357/amazonia-internacionalizar-para-nao-internacionalizar/>

## 4.2 ENTRE OS ANOS DE 1985 E 2018

A Constituição de 1988 estabeleceu a formulação de Planos Plurianuais (PPA) que têm a finalidade de constituir a estrutura de pensamento na qual as políticas públicas estatais de médio e longo prazo tornaram a ser debatidas.

No entanto, foi somente no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC / 1994 – 2002), que o Estado Brasileiro, resgata verdadeiramente a organização das ações governamentais para o território nacional.

Assim, durante o governo de FHC, foram lançados o Plano Plurianual Brasil em Ação (1996 – 1999) e o Programa Avança Brasil (2000 – 2003). Novamente, a visão do Estado era incorporar a região amazônica como um local de vantagens econômicas e, além disso, implantar medidas para o fortalecimento da segurança de fronteiras e integração latino-americana. Essas ações eram formadas por várias atividades, que seriam desenvolvidas com base nas parcerias entre os governos (federal, estadual e municipal) e empresas privadas.

Figura 10 - Programa Brasil em Ação



Fonte: [http://www.wisetel.com.br/biblioteca/doc\\_de\\_referencia/governo\\_brasileiro/eixos\\_integracao\\_desenvolvimento.htm](http://www.wisetel.com.br/biblioteca/doc_de_referencia/governo_brasileiro/eixos_integracao_desenvolvimento.htm)

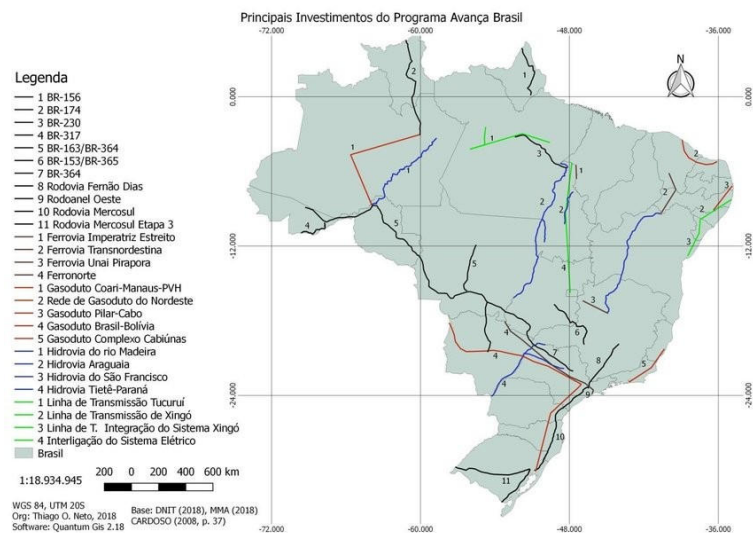
O Programa Avança Brasil motivou o diálogo entre Estado e sociedade nos destinos da Região Amazônica. Esse projeto passou a dar uma nova roupagem ao conceito de integração e redefiniu sua matriz como um renovado plano de desenvolvimento e de

percepção da Amazônia enquanto uma fronteira consolidada, ideia defendida por Castro (2004), como também por Becker (2009).

Segundo Monié (2003), durante os anos 1990, a necessidade em reduzir o custo Brasil, ou seja, de minimizar o conjunto de pontos de estrangulamento da cadeia produtiva e comercial que encareciam e afetavam a competitividade dos produtos nacionais, foi decisiva para retomada dos grandes investimentos de infraestrutura.

Mas, não se tratava apenas de eliminar os gargalos, melhor preparar e interligar a infraestrutura econômica interna, algo que não era novidade nas ações do Estado, mas sim de medidas baseadas com vista a fortalecer estratégias de mercado.

Figura 11 - Principais investimentos do Programa Avançar Brasil



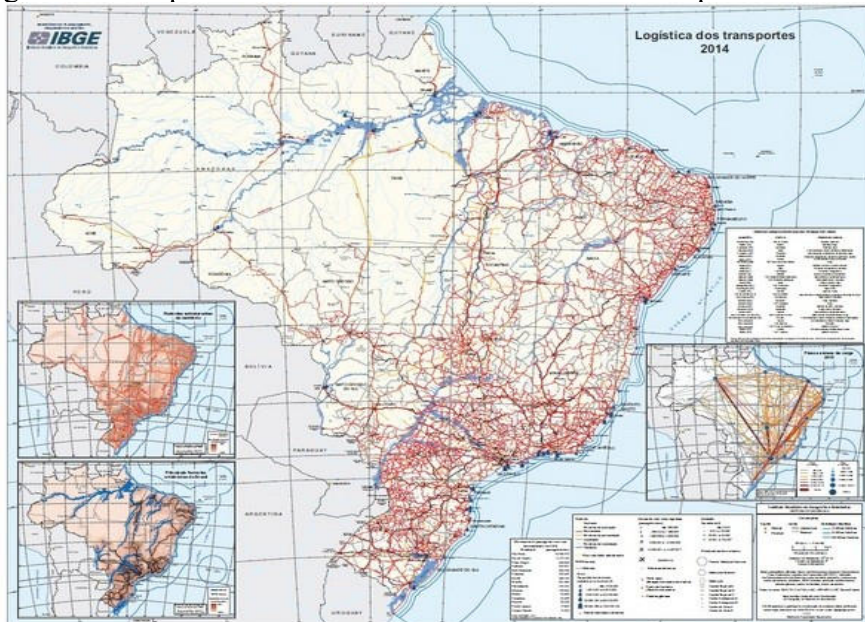
Fonte: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-15-Investimentos-previstos-no-Programa-Avanca-Brasil\\_fig5\\_343744960](https://www.researchgate.net/figure/Figura-15-Investimentos-previstos-no-Programa-Avanca-Brasil_fig5_343744960)

Essas ações visavam o aumento do comércio regional e o crescimento da atuação no comércio global. Ponto de grande importância para o recrudescimento econômico, haja vista que a Região Amazônica faz fronteira com sete países do subcontinente Sul-americano e com a Guiana Francesa. A integração caracterizou-se como o elo do Brasil com os processos de regionalização e de globalização. Dessa forma, ampliou-se a necessidade de um conjunto de infraestrutura eficaz para assegurar a competitividade do país.

As estratégias e a visão de integrações desenhadas no governo FHC foram incorporadas e aprofundadas nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), Dilma Rousseff (2011 – 2016) e Michel Temer (2016 – 2018), fazendo-se presentes no PPA de 2004

– 2007, no PPA de 2008 – 2011 (Programa de Aceleração do Crescimento I), no PPA de 2007 – 2010 (Programa de Aceleração do Crescimento II), no PPA 2012-2015 e no PPA 2016/2019.

Figura 12 - Mapa com a infraestrutura brasileira de transportes do PAC I



Fonte: <http://www.pac.gov.br/noticia/4bc62317>

A proposta de desenvolvimento desses governos se estendeu em linha contínua, dos governos de FHC ao de Michel Temer, marcando no período de 1996 a 2018, a concepção de que a integração física nacional serve de base para que o país ligue-se de maneira mais competitiva com os países sul-americanos e com o mundo, sob a lógica do mercado. Tornando, assim, a inserção da região em questão peça essencial para fazer avançar o desenvolvimento do país.

## 5 CONCLUSÃO

A Amazônia Legal engloba boa parte do território brasileiro. A área há a maior floresta tropical do planeta, com uma biodiversidade especial que não existe em outro local e detém cerca de um quinto das reservas de água doce da Terra. Esses aspectos a tornam um local sem igual e ampliam a obrigação do País na produção de políticas para sua integração.

A inclusão da região ao território nacional e aos oito países que compõem a região Amazônica aparenta ser basilar ao estabelecimento do desenvolvimento da área. No entanto, numerosas barreiras no sistema de transportes, de comunicações e no setor de energia tem formado entraves concretos ao desenvolvimento da Amazônia Legal.

Nessa perspectiva, inúmeras propostas vem sendo apontadas com a finalidade de proporcionar a aproximação da região ao restante do país. Iniciativas como o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o I Plano de Integração Nacional, os I, II e III Planos Nacional de Desenvolvimento e Programa de Aceleração do Crescimento I e II foram estabelecidos visando a diminuir a diferença de desenvolvimento que existe entre a Amazônia Legal e o restante do Brasil.

Percebe-se, que as pendências, que vêm cercando os destinos da Amazônia Legal desde meados do século passado, têm obrigado o Brasil a expor resultados que estejam de acordo com a posição de um País que almeja o respeito e a credibilidade no contexto mundial.

Assim, nota-se no estudo acima exposto pode-se dividir o período analisado em dois grandes momentos: o primeiro, de 1950 até 1985, e o segundo, de 1986 até 2018.

Entre 1950 e 1985, verifica-se grande influência dos pensadores geopolíticos nas decisões do Governo Federal que estabeleceram medidas de integração da região em questão. Essas atitudes basearam-se nos postulados de Mario Travassos e Golbery de Couto e Silva.

O primeiro autor observou que a promoção e a aplicação de firme política de comunicações, a qual seria edificada por intermédio de um sistema multimodal (ferroviário, rodoviário, hidroviário, marítimo e aéreo), que tinha dois amplos propósitos: afirmar a unidade territorial do país e a combinação de suas distintas regiões, além de proporcionar a projeção política e econômica do Brasil no continente sul-americano. Esse pensamento ficou bem evidenciado entre os anos 1950 e 1964, por intermédio do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953) e pelo Plano de Metas (1956 – 1961).

Já o segundo entusiasta da geopolítica inspirou os governos entre 1964 e 1985. Golbery ocupou cargos no Governo Federal desse período e isso lhe permitiu expor suas

ideias e pressupostos. Como pensamento principal, cita-se a necessidade de emprego de medidas com a finalidade de criar à coesão, à integração e à valorização do território, denominada geopolítica concêntrica, que consistia em uma manobra para proporcionar a ocupação da Amazônia Legal combinando um avanço por sul (com origem na região Centro-oeste) e por norte (com origem na região Nordeste), utilizando os afluentes do Amazonas e uma penetração continental a partir da foz desse mesmo rio. As ações que foram influenciadas por Golbery foram: Plano de Valorização Econômica da Amazônia - Lei 5.173 de 27 de outubro de 1966, I Plano de Integração Nacional (1970), I Plano de Integração Nacional (1972 – 1974), II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 – 1979) e III Plano Nacional de Desenvolvimento (1983).

Já, entre os anos 1985 e 2018, nota-se que a motivação que influenciaram os projetos que geraram a integração nacional foi a necessidade de ligar o Brasil ao comércio exterior. Inicialmente a ligação com os países Sul-americanos e, posteriormente, com as nações importadoras de outros continentes. Isso tudo dentro do contexto do neoliberalismo e sob a ótica da logística de mercado. Esse ponto fica claro nas seguintes ações governamentais: Plano Plurianual Brasil em Ação (1996 – 1999), Programa Avança Brasil (2000 – 2003), Programa de Aceleração do Crescimento I (PPA de 2007 – 2010) e Programa de Aceleração do Crescimento II (PPA 2012-2015).

Por fim, integrar a Amazônia Legal se constitui em uma importante adversidade e o Estado brasileiro não deve limitar seu empenho para ultrapassar essas contrariedades. Conforme engendraram os pensadores citados nessa análise – Mario Travassos, General Golbery, Therezinha de Castro e Meira Mattos, compete ao Governo Federal por intermédio de medidas pertinentes e ordenadas fortalecer o desenvolvimento dessa relevante parcela do território brasileiro, considerando suas capacidades naturais, sua histórica e sua cultural como um dos vetores desse processo.



## 6 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BECKER, Bertha K. A Amazônia na espacial estrutura do Brasil, Instituto de Geociências, UFRJ Conselho Nacional de Pesquisas, Rio de Janeiro, 1974.

CARDOSO, Fernando H. e G. MULLER. Amazônia: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CASTRO, Therezinha de. Brasil da Amazônia ao Prata. Rio de Janeiro, Editora do Colégio Pedro II, 1983.

DUQUE, João Carlos Duque. As contribuições do Exército relacionadas à defesa, preservação e proteção dos recursos naturais da Amazônia Oriental, a partir dos governos militares – 1964. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

FEREZIN, Carla Cristina Wrbieta. Meira Mattos, leitor de Clausewitz. In: Anais do VI ENABED – Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa: pensamento brasileiro em defesa: 6 a 9 de agosto de 2012 / organizadores: Sérgio Luiz Cruz Aguilar, Rafaela Tamer Paladini. São Paulo: UNESP, 2012.

FILHO, Eduardo Gomes da Silva. A Amazônia e o plano de integração nacional: os projetos de expansão e o avanço do capital nas sociedades tradicionais. Manaus – AM: Revista Tempo Amazônico - ISSN 2357-7274| V. 3 | N.2 | jan-jun de 2016| p. 136-152.

GABRIEL, Pedro Henrique Luz. O papel de Meira Mattos no pensamento geopolítico brasileiro. In: Anais do VI ENABED – Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa: pensamento brasileiro em defesa: 6 a 9 de agosto de 2012 / organizadores: Sérgio Luiz Cruz Aguilar, Rafaela Tamer Paladini. São Paulo: UNESP, 2012.

JÚNIOR, Henrique Lúcio Da Cruz Peixoto. A Geopolítica da Amazônia: os recursos naturais estratégicos e a presença do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

LOUREIRO, Antônio. Amazônia, 10.000 anos. Manaus: Metro Cúbico, 1982.

MAGALHÃES, Maria Das Graças Santos Das. Políticas Governamentais para a Amazônia Brasileira - 1964/1985. Boa Vista, Roraima. Revista Textos & Debates nº 07, 2012.

MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e modernidade. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/José Olympio Editora, 2003.

MATTOS, Carlos de Meira. Projeção Mundial do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora e Editora da FGV, 1958.

MATTOS, Carlos de Meira. Uma geografia Pan-Amazônica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MATTOS, Carlos de Meira. Estratégias Militares Dominantes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1986.

MONIÉ, Frédéric. (2003). Planejamento territorial, modernização portuária e logística: o impasse das políticas públicas no Brasil e no Rio de Janeiro. In: MONIÉ, Frédéric e SILVA, Gerardo. (2003). A mobilização produtiva dos territórios: instituições e logística do desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Integrar para não Entregar. São Paulo: Papirus, 191. (Série Educando).

OLIVEIRA, Robson Quintino de. Desenvolvimento Amazônico: Uma Discussão Das Políticas Públicas Do Estado Brasileiro. Alta Floresta – MT: Revista Eletrônica Multidisciplinar da Faculdade de Alta Floresta, 2013.

SILVA, Golbery do Couto e. Planejamento Estratégico. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955.

SILVA, Golbery do Couto e. Geopolítica do Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SILVA, Golbery do Couto e. Geopolítica e Poder. Rio de Janeiro. Univercidade, 2003.

SUPERTI, Eliane. Políticas Públicas de Integração Física da Amazônia e a Fronteira Internacional do Amapá. Circuito de Debates Acadêmicos. Macapá – AP (2011).

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 94 p. ISBN: 978-85-224-5260-6.

Brasil enfrenta pressões internacionais por causa da Amazônia, <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/razoes-para-a-implementacao-da-estrategia-nacional-de-defesa/brasil-enfrenta-pessoes-internacionais-por-causa-da-amazonia.aspx> (pesquisado em 21/09/2021 – 15:35)